

A VOZ DO STIF



PROPRIEDADE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE CABO VERDE

MÊS: NOVEMBRO



ATUALIDADE



ARME: STIF ganha processo de progressão na carreira de trabalhadores na primeira instância

ATUALIDADE



Editorial



Aposta do STIF na COMUNICAÇÃO DIGITAL

O mundo vive ainda, neste momento, a conjuntura de pandemia do Covid-19 e, consequentemente, confrontado com algumas restrições, designadamente de mobilidade entre países, inter-ilhas, inter-bairros e de distanciamento social obrigatório.

Se todos reclamavam das rápidas mudanças em curso nos espaços-tempos da economia real e da economia virtual, motivadas pela globalização, hoje perante a pandemia do Covid-19 as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), através da diversidade das suas contingências, são, indubitavelmente, as que estão na origem dessa realidade histórica contemporânea. Hoje já ninguém estranha que as interdependências e complementaridades subsistentes entre a economia virtual e a economia real sejam, cada vez mais, desfavoráveis ao desenvolvimento desta última e que ela, por outro lado, caminhe a passos largos para a sua falência histórica. As TIC, em consonância com essa evolução, potenciam o desenvolvimento exponencial do trabalho virtual e da globalização, tendo por base uma transformação radical dos espaços-tempos da produção, distribuição, troca e consumo de bens e serviços, como também impactando no processo de trabalho e da organização do trabalho e consequentemente no relacionamento entre organizações sindicais, sociais e das pessoas.

Perante esta conjuntura, os Sindicatos limitados pelas regras de distanciamento social e obviamente impossibilitados do contacto permanente e presencial com os trabalhadores, são desafiados a se adaptarem rapidamente ao ritmo deste desenvolvimento acelerado e desigual, para garantir o equilíbrio social enquanto garante da defesa dos interesses dos trabalhadores e da democracia.

Nesta perspetiva, o STIF ciente do seu papel na sociedade e com vista a garantir a democracia interna e funcionamento dos seus órgãos, desenvolveu ferramentas necessárias para não só reunir os seus órgãos, mas sim poder comunicar com os trabalhadores, seja através da sua revista eletrónica "A voz do STIF", mas também criando salas de reuniões virtuais, fazendo funcionar o Sindicato e corresponder às demandas dos seus associados.

Paralelamente a isso, o STIF tem também, no domínio da cooperação internacional, socorrido desta ferramenta, que as TIC disponibilizam a todos, e procura desenvolver a sua ação nesta senda, já que o futuro promete uma economia cada vez mais digitalizada e de teletrabalho, assumindo as TIC um papel cada vez mais determinante para garantir a proteção da saúde dos trabalhadores, o equilíbrio social e económico dos mesmos.

ARME: STIF GANHA PROCESSO DE PROGRESSÃO NA CARREIRA DE TRABALHADORES NA PRIMEIRA INSTÂNCIA

O Juízo do Trabalho do Tribunal da Comarca da Praia acaba de dar razão aos 9 trabalhadores da Agência da Regulação Económica – ARE (agora ARME), através de uma ação movida pelo Sindicato das Instituições Financeiras (STIF) de Cabo Verde. Em causa estão as reivindicações do colectivo sobre as progressões na carreira em atraso, entre 2011 e 2017. A Reguladora já recorreu, no entanto, da sentença junto do Tribunal da Relação de Sotavento.

Conforme o Juízo do Trabalho, a referida ação declarativa emergente de contrato de trabalho foi intentada pelo STIF contra ARME. O sindicato pediu ao tribunal que mande condenar a Reguladora a reconhecer o direito dos trabalhadores «à progressão de 3 em 3 anos na carreira, bem como o pagamento das respectivas diferenças salariais a que teriam direito».

Neste grupo estão, segundo a sentença referida, 8 funcionários: António Rodrigues, referentes aos anos de 2011, 2014 e 2017; José Furtado (2011, 2014 e 2017); Marcelina Monteiro (2014 e 2017); Milsânia Tavares



(2014 e 2017); Neusa Almeida (2011, 2014 e 2017); Pauleth Santos (2011, 2014 e 2017; Sónia Pires (2013 e 2017) e Walter Ramos (2008 a 2017).

Em relação à trabalhadora Maria Lopes pediu-se, conforme a acusação, apenas ao pagamento da diferença salarial das progressões referentes aos anos de 2010, 2013 e 2016, já que a ARME lhe reconheceu o direito às progressões. O STIF pediu ainda ao Tribunal que condene a ARME a pagar os juros de mora a taxa legal desde a citação até integral liquidação, bem como em custas e procuradorias condignas.

Segundo ainda a sentença proferida, o Juízo do Trabalho do Tribunal da Comarca da Praia condenou a ARME «a proceder a devida progressão» dos trabalhadores, com exceção feita a Pauleth Santos e Neusa Almeida, em conformidade com os estatutos em vigor, e pagar aos mesmos servidores públicos os diferenciais que deveriam ter recebido se a Reguladora Multissectorial da Economia não tivesse violado a lei.

Entretanto, a ARME já recorreu da sentença junto do Tribunal da Relação de Sotavento, com sede na cidade de Assomada, em Santa Catarina de Santiago Norte.

O STIF também recorreu junto do Tribunal de Relação de Sotavento contra a sentença do Juízo do Trabalho do Tribunal da Comarca da Praia relativamente aos casos de Pauleth Santos e Neusa Almeida.



Atualidade

PLATAFORMA SINDICAL RESGATAR UNTC-CS: Ministra Janine Lélis ausulta representação do núcleo coordenador sobre questões laborais



A Plataforma Sindical Unir e Resgatar a UNTCCS (PSURUNTC-CS), representada pelo seu núcleo coordenador chefiada por Aníbal Borges, foi recebida, no dia 2 de Dezembro, em audiência, pela ministra da Justiça e do Trabalho, Janine Lélis, na Praia. O encontro teve por objetivo ouvir essa corrente sindical no seio da UNTCCS, que representa mais de 19 mil trabalhadores sócios de 12 sindicatos da mesma central e mais o SINDEP, sobre vários aspectos laborais, com destaque para os relacionados com a instalação do Juízo de Trabalho no Tribunal da Comarca de São Vicente.

O encontro decorreu, no final do período da tarde, no gabinete da governante, em Achada de Santo António. Conforme Aníbal Borges, que é também presidente do Sindicato das Instituições Financeiras de Cabo Verde (STIF), estiveram em análise «o processo de instalação do Juízo do Trabalho no Mindelo e a regulamentação da questão dos serviços mínimos em caso de greves, bem como a criação da Comissão tripartida, independente, prevista no Código Laboral, para a determinação dos serviços mínimos durante as greves».

Borges, que se fez acompanhar do Secretário-permanente do SINDEP Jorge Cardoso, assegura que foram informados de que o Juízo do Trabalho de Mindelo está instalado e a funcionar desde outubro deste ano. Disse que a Plataforma Sindical pediu à ministra para levar o dossier relativo à Comissão Tripartida para determinar os serviços mínimos durante as greves à sessão do Conselho da Concertação Social, onde poderá

ser equacionado o constrangimento relacionado com a mobilização de recursos financeiros e humanos para instalar e fazer funcionar a referida comissão.

Aníbal Borges considerou que o encontro foi importante por ter permitido a ministra conhecer a posição, sobre os assuntos referidos, da Plataforma Sindical Unir e Resgatar a UNTC-CS. Uma corrente sindical que integra 13 sindicatos (12 da família da UNTC-CS e mais o SINDEP), representando 80% dos associados desta central, ou seja, a mais de 19 mil trabalhadores: 10 mil em Santiago, 5 mil em São Vicente, 2 mil no Sal, 800 em Santo Antão e à volta de 300 em cada uma das seguintes ilhas – São Nicolau, Maio, Boa Vista e Fogo.

O vice-coordenador Tomás de Aquino Delgado, que é também presidente do SIMETEC, fundamentou, em encontro com a imprensa no dia 19 de novembro no Mindelo, que «nos termos do artigo 6º dos Estatutos da UNTC-CS, que consagra o direito de tendência, 12 Sindicatos filiados nesta Central Sindical, de quase todas as ilhas do país, decidiram criar uma corrente interna, denominada “PLATAFORMA SINDICAL – Unir e Resgatar a UNTC-CS”.

Anunciou que o **objetivo da Plataforma Sindical, a curto prazo**, é o de utilizar todos os meios, estatutários e legais, para travar as arbitrariedades e as ilegalidades da Secretaria Geral (Joaquina Almeida) e repor a normalidade no funcionamento da UNTC-CS, com destaque para o seu Conselho Nacional que, como já se disse, não se reúne há 4 anos.

«A **médio prazo**, ou seja, **até à realização do próximo Congresso**, em 2021, o objetivo da Plataforma Sindical será o de UNIR e RESGATAR a UNTC-CS. Neste contexto, a Plataforma está já a tentar o regresso do SINDEP, que se desfiliou da UNTC-CS, e está a trabalhar com os antigos dirigentes sindicais, que foram marginalizados e afastados, no sentido de os trazer de volta a esta grande família sindical», garantiu.

Tomás de Aquino Delgado asseverou que, a **médio prazo**, ou seja, **até à realização do próximo Congresso, em 2021**, «um outro importante objetivo da Plataforma Sindical vai ser, sem dúvida nenhuma, a **construção e a apresentação de uma alternativa, forte e credível, à atual liderança da UNTC-CS**», desafiou.



© INFORPRESS

LÍDER DO STIF:

ELEITO COORDENADOR DA REDE UNI FINANÇAS CPLP

O LÍDER DO STIF ACABA DE SER ELEITO COORDENADOR DA REDE SINDICAL UNI FINANÇAS CPLP – COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, durante o 3º Fórum virtual da mesa entidade realizado entre 29 E 30 DE JULHO. Aníbal Borges estabelece como desafios principais do seu mandato de dois anos mobilizar recursos financeiros para o cumprimento da agenda e organizar um fórum em Cabo Verde, com a presença de todos os Sindicatos da rede UNI Finanças CPLP. Confira mais detalhes da agenda do novo coordenador da referida Rede Sindical na entrevista que se segue.

A Voz do STIF - Acaba de ser eleito coordenador da Rede UNI Finanças CPLP. O mandato é de quantos anos?

ANÍBAL BORGES – Sim. Fui efetivamente eleito Coordenador da Rede UNI CPLP para um mandato de 2 anos. O anterior coordenador era da CONTRAF – Sindicato dos Bancários do Brasil, companheiro Roberto.

Qual vai ser a sua agenda de trabalho durante o seu mandato?

A minha agenda é a definida pela Rede Sindical e reconfirmada pelo 3º Fórum e consiste em:

- Promover intercâmbios e a trocas de experiências entre os Sindicatos da rede da CPLP;
- Realizar ações de formação sindical;
- Promover maior proximidade entre a Rede e a UNI Finanças;
- Incentivar a cooperação e solidariedade entre os Sindicatos da Rede nos domínios da saúde e da formação.

Quais poderão ser os principais desafios do seu mandato?

Os principais desafios do meu mandato são:

- Mobilização de recursos financeiros para o cumprimento da agenda;

Entrevista

- Organização de um fórum em Cabo Verde, com a presença de todos os Sindicatos da rede UNI Finanças CPLP.

Como avalia a importância do último fórum virtual da Rede UNI CPLP?

O 3º fórum devia reunir todos os representantes dos sindicatos da rede em Cabo Verde, mas devido à pandemia do Covid19 e às limitações em termos de mobilidade inter-países, ele aconteceu virtualmente. Mas nem por isso deixou de ser debatido o que estava para ser discutido. De entre as matérias analisadas, destaco a questão da pandemia do Covid19 e o seu impacto na economia e no emprego, o teletrabalho e digitalização que são temas da atualidade.

No final foi produzido um documento final que servirá de orientação dos sindicatos no seu trabalho.

Pode destacar os aspectos mais importantes da declaração final do fórum?

Os aspectos mais importantes da declaração final, tem a ver com:

- A concentração de riquezas, o avanço tecnológico, a redução de direitos laborais, o desemprego estrutural e a exclusão das camadas mais pobres. Estes factores vêm criando uma distância muito grande entre as elites económicas e o resto da população mundial.
- A aprovação de leis pelos governos para reduzir direitos dos trabalhadores supostamente para facilitar contratações e melhorar a concorrência entre empresas, mas que na verdade são para gerar um estoque barato de mão de obra.
- Uma nova era neoliberal e de intolerância ressurgiu que procura impor pela via da força e pela propaganda, trazendo de volta a sombra dos movimentos ultradireitistas fascistas e do militarismo.
- A crise mundial COVID-19 mostrou os engodos e

as mentiras deste modelo de mundo desigual que a sociedade mundial vinha reproduzindo.

- Países fortemente liberais tiveram que dobrar-se e oferecer ajuda tanto para conter a pandemia quanto para evitar um desastre económico e social causados pelo necessário isolamento social e desativação do comércio, indústria e serviços, bloqueando acesso a salários e rendas pelas famílias.
- As máscaras caíram e o mundo viu claramente que não são máquinas, insumos ou capital que produzem bens e serviços. São os trabalhadores. Isso foi importante para que se reflita sobre o mundo que virá.
- O mundo que esperamos reconstruir após esta pandemia não poderá ser como era antes: desigual e sem esperanças. Não queremos voltar a uma normalidade que explora os trabalhadores e trabalhadoras. Queremos oferecer um mundo melhor às gerações futuras.
- Vivemos uma rara oportunidade para elevar a qualidade de vida mundial erradicando a miséria, a fome, a exploração e o desemprego. Precisamos um mundo que tenha bancos públicos que ofereçam políticas anticíclicas para a sociedade prosperar. E de bancos privados com responsabilidade social e respeito pelos nossos países.



Breves - Notícias Sindicais

REUNIÃO DA DIREÇÃO CENTRAL DO STIF

A Direção Central do STIF esteve, virtualmente, reunida, no passado 26 de Julho, para, de entre outros assuntos quentes da actualidade sindical, apreciar e aprovar as contas da gerência de 2019, analisar a situação sócio-laboral no sector financeiro, debater o impacto da Convid-19 e o processo de ajustamento salarial para 2020 em Cabo Verde.

Cabo Verde acolhe reunião da rede da CPLP Sindical

Cabo Verde foi, através do STIF, anfitrião do 3º Fórum dos Sindicatos das Instituições Financeiras da UNI Finanças da CPLP, que decorreu nos dias 29 e 30 de Julho. A iniciativa tinha, entre outros aspectos, por objetivo analisar o impacto da pandemia do Covid-19 nas economias dos países da CPLP e no mundo, bem com a digitalização e o seu impacto no emprego.

Este fórum contou com a participação de 3 sindicatos

dos Bancários de Portugal (SBSI, SBN e SBC), um de Angola (SNEBA), um de Moçambique (SNEB) e um outro de S. Tomé e Príncipe (STBPBST). Isto sem contar com o CONTRAT-CUT de Brasil e de observadores da UNI Finanças e do seu Presidente, sediado em Genebra.

Nesta reunião foi eleito o Presidente do STIF, Aníbal Borges, para coordenar as ações do Fórum no próximo mandato – ver entrevista nesta edição da revista «A Voz do STIF».

Deliberações do Conselho Geral do STIF

O Conselho Geral do STIF esteve, virtualmente, reunido, no passado dia 7 de Agosto de 2020, na sua sessão ordinária. Tudo com o fim de aprovar as contas de gerência de 2019, ratificar o orçamento e plano de ação de 2020 e deliberar sobre a aplicação dos resultados e ratificar algumas decisões da Direção Central.

Ponto de Vista

UNTC-CS E MOVIMENTO SINDICAL CABO- VERDIANO FICARAM MAIS POBRES COM A MORTE DE ANTÓNIO PEDRO DUARTE



ANTÓNIO PEDRO DUARTE, EMBORA TENDO ENTRADO MAIS TARDE PARA O MOVIMENTO SINDICAL CABO-VERDIANO, SE DESTACOU TAMBÉM COMO UM GRANDE SINDICALISTA E UM FERVOROSO LUTADOR E DEFENSOR DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES CABO-VERDIANOS, E BEM ASSIM DA PRÓPRIA UNTC-CS.

Depois de António Sérgio Português e Carlos Alberto Lopes Barbosa (Kaká Barbosa), falecidos, respetivamente, em Junho de 2019 e Maio de 2020, a UNTC-CS e o Movimento Sindical Cabo-verdiano em geral, foram surpreendidos com a notícia do desaparecimento físico de António Pedro Duarte, ocorrido em Agosto deste ano.

Os dois primeiros, recorda-se, foram pioneiros do Movimento Sindical Cabo-verdiano e fundadores da UNTC-CS. Esta Central Sindical soube, em tempo oportuno, e ainda em vida, prestar aos dois a devida homenagem, pelo valioso contributo que deram em prol da construção e edificação do sindicalismo cabo-verdiano, bem como da emancipação da classe trabalhadora do país, no período pós- 25 de Abril de 1974.

António Pedro Duarte, embora tendo entrado mais tarde para o Movimento Sindical Cabo-verdiano, se destacou também como um grande sindicalista e um fervoroso lutador e defensor dos direitos dos trabalhadores cabo-verdianos, e bem assim da própria UNTC-CS.

Quem, por acaso, não se lembra dele, nos anos 90, quando o poder havia sentenciado a morte da UNTC-CS? Quem não se lembra dele, ainda nos anos 90, por ocasião da vigília, à volta do Centro Social 1º de Maio, a exigir a devolução desse património à UNTC-CS, após o mesmo ter sido ocupado à força, por dirigentes de uma outra organização sindical, apoiados pela polícia, e ter sido encerrado, mais tarde, por ordem do Tribunal, na sequência de uma ação intentada pela própria UNTC-CS?

Para além de Presidente do Sindicato de Transportes, Telecomunicações, Hotelaria e Turismo (SITTHUR), António Pedro Duarte foi Presidente da Mesa do Conselho Nacional da UNTC-CS e se destacou ainda como Deputado nacional.

Ele ficará registado nos anais da História da UNTC-CS e do Movimento Sindical Cabo-verdiano, e a UNTC-CS deverá prestar-lhe, embora a título póstumo, a devida e merecida homenagem.

Que a sua alma repouse em Paz!